



Brasília-DF, 22 de maio de 2026

Aniversariantes

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI
parabeniza o(a) companheiro(a) pela data especial.

22 de maio
José Francisco Filho
Membro do Conselho Fiscal da CNTI

23 de maio
Adriana Maria V. da Silva
Funcionária do CTE/CNTI

Para a direção da NCST, o atual momento exige unidade, diálogo e atenção permanente às mudanças que impactam a estrutura sindical brasileira e os direitos dos trabalhadores.

Fonte: NCST

Presidente da Nova Central convoca filiados para a votação da PEC



Nesta terça-feira (19), a presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Sônia Zerino, destacou, em entrevista concedida após audiência na comissão especial da Câmara dos Deputados, a importância da participação feminina no debate sobre a jornada de trabalho e defendeu o fim da escala 6x1 sem redução salarial.

Segundo a dirigente, as mulheres representam a maioria da população e do eleitorado brasileiro, além de ocuparem papel fundamental no mercado de trabalho, contribuindo diretamente para a movimentação da economia nacional.

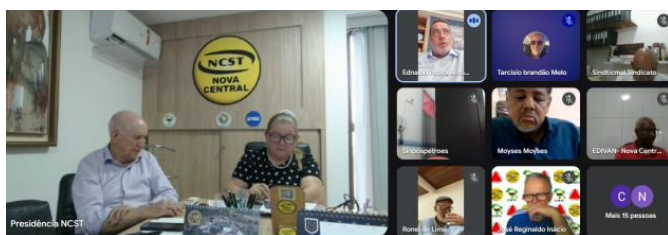
Zerino ressaltou que a redução da jornada traria impactos positivos, permitindo mais tempo para cuidar da saúde, dos filhos e investir em qualificação profissional, em condições de igualdade com os homens. Ela lembrou que, historicamente, as trabalhadoras recebiam salários inferiores mesmo desempenhando funções iguais, e que a luta por direitos ainda precisa avançar.

A dirigente sindical enfatizou que muitas mulheres enfrentam dupla ou até tripla jornada, acumulando responsabilidades profissionais e domésticas. "Vivencio pessoalmente essa realidade: após cumprir minhas tarefas externas, ainda encontro obrigações particulares em casa", afirmou.

Por isso, convocou trabalhadoras e trabalhadores a se mobilizarem em Brasília no próximo dia 27, durante a votação da PEC que trata da escala 6x1. "Vamos à luta, companheiras e companheiros, pelo fim da escala 6x1, sem redução de salário", concluiu.

Fonte: Contratuh

NCST debate autorregulação sindical e reforça defesa do sistema confederativo



A Diretoria Executiva da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) realizou, nesta quarta-feira (20), reunião virtual para discutir os debates em torno da proposta de implementação da autorregulação do sistema sindical brasileiro. O encontro aconteceu por videoconferência, na plataforma Google Meet, e reuniu dirigentes da entidade de diversas regiões do país.

Durante a reunião, a direção da NCST reafirmou o compromisso da central com a defesa do sistema confederativo e da unicidade sindical, considerados pilares históricos da organização sindical brasileira.



A avaliação da entidade é de que qualquer discussão envolvendo mudanças estruturais no sistema sindical deve ocorrer de forma ampla, democrática e com participação efetiva das entidades representativas dos trabalhadores.

Brasília-DF, 22 de maio de 2026

Ganho real supera inflação nas negociações de 2026

DIEESE aponta que 90,2% das negociações salariais de 2026 garantiram reajustes acima da inflação até abril



Os reajustes salariais de 2026 seguem positivos no Brasil. Levantamento do DIEESE mostrou ganhos reais em 90,2% das negociações analisadas até abril deste ano. ([Confira o estudo completo](#))

Além disso, a variação real média alcançou 1,81% acima da inflação medida pelo INPC. O estudo utilizou dados registrados no sistema Mediador, do MTE.

Nas negociações da data-base abril, cerca de 94% dos reajustes ficaram acima da inflação. Outros 4,3% apenas recompuseram perdas inflacionárias registradas anteriormente.

Por outro lado, somente 2,2% dos acordos analisados ficaram abaixo do índice inflacionário. A variação real média dos reajustes de abril atingiu 1,39% acima do INPC.

O DIEESE informou ainda que categorias com data-base em maio precisam negociar reajuste mínimo de 4,11% para recompor integralmente o poder de compra salarial.

Serviço teve melhor desempenho

Entre os setores econômicos, os serviços apresentaram melhor desempenho. Ganhos reais ocorreram em 91,7% das negociações, enquanto a variação média atingiu 2,01% acima inflação.

Além disso, o setor rural registrou ganhos reais em 90,3% das negociações. Na indústria, o percentual chegou a 89,2%, seguido pelo comércio, com 85,7%.

Regionalmente, o Centro-Oeste liderou os resultados positivos. A região registrou ganhos reais em 93,2% das negociações e variação média salarial de 2,24%.

O levantamento também mostrou que não houve reajustes parcelados nas negociações de abril. Entretanto, reajustes escalonados apareceram em 7,6% dos acordos coletivos registrados.

De acordo com o DIEESE, o valor médio dos pisos salariais negociados entre janeiro e abril ficou em R\$ 1.867. Já o piso mediano alcançou R\$ 1.736.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Centrão recua e pede retirada da emenda das 52 horas após repercussão negativa

MDB, PP, PSD, Republicanos e União Brasil abandonam proposta criticada por ampliar jornada semanal e adiar fim da 6x1



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Líderes de partidos do Centrão pediram nesta quarta-feira (20) a retirada de tramitação da emenda à PEC do fim da escala 6x1 que criava brechas para jornadas de 52 horas semanais e adia a redução da carga horária por dez anos.

O recuo acontece após a forte repercussão negativa da proposta nas redes sociais e da pressão gerada pela divulgação do conteúdo da emenda apresentada pelo deputado Sérgio Turra (PP-RS).

Em nota conjunta, líderes do MDB, Republicanos, PSD, Podemos, União Brasil, PP e da federação PSDB-Cidadania afirmaram que solicitaram ao presidente da Câmara, Hugo Motta, a retirada da tramitação da proposta para evitar "distorções que comprometem a clareza do debate e a compreensão da proposta".

Assinam a nota Isnaldo Bulhões Jr., líder do MDB e do bloco parlamentar, Augusto Coutinho, líder do Republicanos, Antonio Brito, líder do PSD, Rodrigo Gambale, líder do Podemos, Pedro Lucas Fernandes, líder do União Brasil, Doutor Luizinho, líder do PP, e Adolfo Viana, líder da federação PSDB-Cidadania.

A movimentação representa um desembarque em massa do Centrão da proposta que havia sido defendida por parlamentares ligados à extrema direita e ao setor empresarial.

A emenda alterava profundamente a PEC 221/2019, que originalmente previa redução gradual da jornada semanal para 36 horas. Na prática, o texto reduzia a meta para 40 horas, criava brechas para jornadas de

Brasília-DF, 22 de maio de 2026

até 52 horas semanais, ampliava o poder de acordos individuais sobre regras trabalhistas e adia a implementação das mudanças por dez anos.

Entre os parlamentares que assinaram a proposta estavam alguns dos principais nomes da extrema direita no Congresso Nacional, como Nikolas Ferreira, Ricardo Salles, Marcel van Hattem, Caroline de Toni, Carlos Jordy, Gustavo Gayer, Bia Kicis, Mario Frias, Sóstenes Cavalcante, Marco Feliciano e Zé Trovão.

Além da autorização para ampliação da jornada semanal em até 30% acima do limite constitucional, o texto também ampliava o chamado negociado sobre o legislado em temas como banco de horas, escalas, teletrabalho, trabalho intermitente e intervalos.

Outro ponto criticado por parlamentares e entidades trabalhistas era a possibilidade de flexibilização de direitos sem necessidade de compensações adicionais aos trabalhadores.

Matéria completa: <https://iclnoticias.com.br/centrao-recua-retirada-emenda-52-horas/>

Fonte: Iclnotícias

Flávio Bolsonaro defende manutenção da escala 6x1 e mais precarização

Ideia de um regime alternativo à CLT, baseado em pagamento por hora trabalhada, aprofunda a lógica do trabalho intermitente criado na reforma trabalhista



Foto: Agência Senado

Em meio ao colapso acelerado de sua candidatura à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) resolveu entrar no debate sobre a jornada de trabalho. Averso à proposta de 40 horas semanais e ao fim da escala 6x1, o senador defendeu uma nova rodada de precarização, transferindo ainda mais riscos e insegurança aos trabalhadores.

Enquanto o governo Lula e a Câmara Federal discutem qualidade de vida, saúde mental, produtividade e dignidade no trabalho, Flávio escolheu falar a linguagem do empresariado que defende mão de obra mais barata, flexível e descartável. Em nota divulgada nesta terça-feira (19), ele propõe a formalização da instabilidade.

Sua ideia de um regime alternativo à CLT, baseado em pagamento por hora trabalhada, aprofunda a lógica do trabalho intermitente criado na reforma trabalhista de 2017. É a institucionalização do bico permanente, com o trabalhador disputando migalhas de direitos.

Flávio repete a propaganda da reforma trabalhista: prometer empregos e prosperidade, mas entregar baixos salários e instabilidade. O senador afirmou que o trabalhador receberia “pelas horas de trabalho, com a garantia de todos os direitos trabalhistas, como décimo terceiro, Fundo de Garantia, férias. Obviamente, proporcionais às horas de trabalho”.

A frase esconde a essência do projeto: fragmentar renda, reduzir direitos e institucionalizar jornadas imprevisíveis. Na prática, significa transformar salário estável em remuneração variável e transferir ao trabalhador toda a insegurança econômica.

Flávio ainda tenta vender precarização como liberdade individual. “Se quiserem, vão trabalhar mais. E, se não puderem trabalhar tanto, se precisarem de mais flexibilidade, isso também estará atendido por esta legislação”, declarou. É a velha prática de embalar precarização em retórica de modernidade.

O discurso ignora a realidade brasileira. Onde Flávio insinua vontade, existe necessidade. Quem trabalha 10, 12 ou 14 horas por dia geralmente não o faz porque “quer”, mas porque precisa sobreviver. Num país marcado por endividamento e baixos salários, falar em “liberdade de escolha” serve apenas para mascarar relações profundamente desiguais.

A ideia de que “a jornada do trabalhador tem que ser a que ele quiser” soa como ficção. Em qual setor o empregado define sozinho sua escala, seus horários ou sua carga de trabalho? O que Flávio chama de flexibilidade amplia, na verdade, o poder patronal sobre jornadas fragmentadas, convocações imprevisíveis e renda instável.

Ao chamar a proposta de redução da jornada de “inoportuna e eleitoreira”, o senador deixa claro o lado que escolheu. Para ele, debater qualidade de vida é oportunismo; transformar direitos em pagamento proporcional é virtude. Inoportuno, na verdade, é para empresários que lucram com a exaustão.

Com essa declaração, Flávio Bolsonaro sinaliza que o PL votará contra uma demanda popular concreta, apoiada por mais de 70% dos brasileiros. Enquanto isso, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), reafirma que o fim da escala 6x1 vai passar. A pressão social cresce, o movimento



Brasília-DF, 22 de maio de 2026

sindical se mobiliza e o tema ganhou centralidade no debate público.

Chega de espera! A manobra de Flávio Bolsonaro não freará a mudança – mas ajuda a deixar ainda mais evidente quem está ao lado dos trabalhadores e quem continua defendendo jornadas exaustivas em nome dos interesses patronais.

Fonte: Portal Vermelho

Deputados pedem mobilização para garantir que escala 6x1 seja extinta ainda neste ano

Assunto foi debatido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais nesta quinta, dentro do projeto Câmara pelo Brasil

Alessandra Torres / Câmara dos Deputados



Deputados e ministros fizeram debate em Belo Horizonte (MG)

Ministros e integrantes da comissão especial que analisa o fim da escala de trabalho 6x1 na Câmara dos Deputados garantiram que o projeto deverá ser votado até quinta-feira, dia 27. O relator, deputado Leo Prates (Republicanos-BA) adiantou que entregará o texto na segunda-feira, e o autor da proposta, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), assegurou que há acordo para a votação.

“Nós fizemos acordo: redução para 40 horas, dois dias de descanso sem redução do salário e valorização da convenção coletiva, porque eu tenho certeza que nós vamos empoderar os sindicatos”, disse Lopes.

Ele apresentou a proposta em 2019. “Nada justifica que o trabalhador não tenha dois dias de folga na semana em pleno século XXI.” Ele citou ainda estudos que mostram que os empregados que trabalham na escala 6x1 são aqueles que ganham menos.

“Os estudos do Ipea e do Dieese comprovam: quem trabalha 44 horas [semanais] tem a mesma escolaridade, tá ocupando a mesma função e ganha R\$ 31.500 a menos.”

Lopes afirmou ainda que dois terços dos trabalhadores brasileiros já estão na escala 5x2, com duas folgas semanais.

Segundo o ministro do Trabalho e do Emprego, Luiz Marinho, as empresas “mais inteligentes” decidiram testar o fim da jornada semanal de seis dias, porque tinham vagas e não conseguiam preencher devido à escala de trabalho.

“Tem um empresário que resolveu testar o fim da escala 6x1 porque ele queria comprovar a convicção contrária ao fim da escala 6x1, veja só a ironia. Só que deu tanto resultado que ele diminuiu drasticamente as faltas existentes, preencheu as vagas abertas que não conseguia preencher na escala 6x1, aí ele resolveu dar o braço a torcer e implantou a 5x2 em todas as suas unidades”, contou.

Matéria completa: <https://www.camara.leg.br/noticias/1275264-deputados-pedem-mobilizacao-para-garantir-que-escala-6x1-seja-extinta-ainda-neste-ano/>

Fonte: Agência Câmara

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

SE POSICIONA CONTRÁRIA À TRANSIÇÃO NO FIM DE ESCALA 6x1

A CNTI defende **trabalho digno**, com saúde, segurança e qualidade de vida. A escala 6x1 é exaustiva e prejudica o trabalhador, sua família e a sociedade.

DADOS QUE NÃO PODEMOS IGNORAR

- 43%** dos trabalhadores em escala 6x1 relatam cansaço extremo. Fonte: ISMA-BR/2023
- 63%** afirmam que a escala afeta negativamente a saúde física e mental. Fonte: ISMA-BR/2023
- 72%** dizem que não têm tempo suficiente para a família e lazer. Fonte: ISMA-BR/2023
- 30%** mais afastamentos por problemas de saúde em jornadas exaustivas. Fonte: INSS/2022

TRABALHAR NÃO PODE SIGNIFICAR ADOECER!
A escala 6x1 impõe longas jornadas sem garantir descanso adequado, comprometendo a saúde, aumentando o estresse e reduzindo a qualidade de vida. Somos contra qualquer proposta que retire direitos sem ampliar conquistas!

A CNTI DEFENDE:

- Redução da jornada, com responsabilidade
- Mais empregos e distribuição de renda
- Saúde do trabalhador como prioridade
- Diálogo social e negociação coletiva

FIM DA ESCALA 6x1! JÁ!

A LUTA POR DIGNIDADE CONTINUA!
SEPARADOS SOMOS POUCOS, UNIDOS SOMOS MILHÕES.